

Comissão de Constituição, Justiça e Redação

PARECER DA COMISSÃO

PARECER Nº /2023

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 049/2023 QUE INSTITUI O PROGRAMA DE SAÚDE MENTAL PARA COMUNIDADE ESCOLAR NAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE PARAUAPEBAS.

I - Relatório:

Foi encaminhado para análise e parecer desta comissão, nos termos do regimento interno deste Legislativo municipal a presente proposição.

O Projeto de lei nº 049/2023 veio devidamente acompanhado de sua justificativa, juntamente com parecer prévio da procuradoria especializada desta casa.

II - Voto do Relator:

O projeto de lei em pauta foi encaminhado a este relator para análise e parecer. Este projeto de lei visa criar o programa de saúde mental para a comunidade escolar em todas as escolas públicas de Parauapebas.

O Programa de Saúde Mental a ser desenvolvido nas unidades de ensino públicas municipais tem como objetivo: I – promover a saúde mental na comunidade escolar; II – intermediar o atendimento psicossocial junto à rede pública de saúde local; III – assegurar a intersetorialidade entre serviços educacionais, de saúde e de assistência social para a garantia da atenção psicossocial; IV – informar e sensibilizar a sociedade sobre a importância e o cuidado psicossociais na comunidade escolar; e V – ofertar atendimento, ações e palestras voltados à eliminação da violência doméstica e familiar contra a mulher.

Na justificativa, a nobre vereadora Eliene Soares esclareceu que este Projeto de Lei em comento busca instituir o Programa de Saúde Mental nas unidades de ensino da rede pública municipal, a fim de prevenir transtornos mentais na comunidade escolar, proposta que tende a favorecer o olhar sistêmico a crianças, adolescentes, jovens, profissionais da educação, pais e responsáveis, estimulando o entendimento da real importância de estar com a saúde mental em dia, numa perspectiva de integração com os serviços de saúde por equipe multidisciplinar.

CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS Comissão de Constituição, Justiça e Redação

Após a análise deste projeto a procuradoria especializada de assessoramento jurídico legislativo opinou pela constitucionalidade e legalidade, sugerindo pelo prosseguimento do rito legislativo.

Portanto, ante todo o exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 049/2023.

	Relator(a)		
Sala das Comissões, em _ 	de	de 2023.	
E o parecer do relator.			



Comissão de Constituição, Justiça e Redação

III - PARECER DA COMISSÃO

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, DE JUSTIÇA E REDAÇÃO, ante o exposto, opina pela APROVAÇÃO do projeto de Lei nº 049/2023.

Sala das Comissões,	de	de 2023.
——————————————————————————————————————	ns Ferreira de A	Almaida Filha
		stituição, Justiça e Redação
	ianus Daduias	usa da Conso
K	aianny Rodrigi	
	Membro da	CCJR
	Elvis Silva	Cruz
	Membro da	CCJR